



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**REQUERIMENTO Nº ....., DE 2016.**

(Do Sr. FABIO GARCIA)

Requer realização de audiência pública na Comissão de Minas e Energia (CME) para debater a indenização às transmissoras.

Requeiro, nos termos regimentais, que ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para debater a indenização às transmissoras.

Para tanto proponho convidar:

- Diretor Geral da **Aneel** – Sr. Romeu Rufino
- Secretário Executivo do **MME** – Sr. Paulo Pedrosa
- Secretário de Acompanhamento Econômico do **Ministério da Fazenda** – Sr. Mansueto Facundo de Almeida Júnior
- Presidente da **Anace** – Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Sr. Carlos Farias
- Gerente de Energia da **Abrace** – Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – Sra. Camila Schoti

**JUSTIFICAÇÃO**

Quando da publicação da MP 579, algumas transmissoras anteciparam suas concessões sem o pagamento de suas indenizações devido à intenção do governo de baixar artificialmente as contas de luz.

As indenizações estão programadas para serem pagas a partir de 2017. Os consumidores de energia deverão arcar com um custo estimado que poderia variar entre R\$ 24 bilhões, caso não fosse considerado nenhum reajuste e R\$ 55 bilhões, nos próximos 8 anos, de acordo com estimativas da Aneel.

Todo este custo pode gerar para o consumidor de baixa tensão um aumento médio de 4,8% na tarifa de energia em 2017. Para a grande indústria, haverá um aumento de 291% apenas na tarifa de transmissão. O que gera um impacto significativo na inflação tendo em vista a importância da energia no custo dos produtos.

Neste contexto propomos a realização de uma audiência pública para debater o assunto com a participação dos seguintes convidados:

Sala de Comissões, 11 de novembro de 2016

FABIO GARCIA

Deputado Federal – PSB/MT